



**BRAY, M.; ADAMSON,
B.; MASON, M. (Org.).
Pesquisa em educação
comparada: Abordagens
e métodos. Brasília: Liber
Livro. 2015. 484 p.**

Valdoir Pedro Wathier¹

*Submetido em 21 de fevereiro e
aprovado em 5 de março de 2016.*

*A obra Pesquisa em Educação
Comparada: abordagens e métodos,*

organizada por Mark Bray, Bob Adamson e Mark Mason, enquadra-se no escasso grupo que atende aos anseios de pesquisadores iniciantes e renomados. Em sua segunda edição, o livro foi traduzido para a língua portuguesa e, sem deixar de fazer uma leitura global, oferece uma perspectiva que foge às usuais referências europeias e norte-americanas, uma vez que organizadores e autores dos 15 capítulos possuem em comum a vinculação com instituições asiáticas, notadamente de Hong Kong e Cingapura.

Livro escrito com clareza, permite a compreensão da construção histórica da educação comparada e a percepção de que, sob perspectivas diferentes, ela é praticada quando pais tentam escolher a melhor escola para seus filhos; pelo próprio estudante, ao comparar seus professores ou sua escola com aquela onde

estudou anteriormente; pelos governos, ao tentarem modificar ou justificar políticas; pelas agências transnacionais, ao estabelecerem testes padronizados de desempenho. O livro, porém, dedica-se ao significado acadêmico da educação comparada e evidencia que, da tentativa inicial de definir metodologia específica e única, passou-se ao reconhecimento da diversidade metodológica como riqueza característica do campo.

A obra está estruturada em três partes, que se complementam com coesão, bem como permitem leituras direcionadas para certos temas, pois cada parte, e cada capítulo dentro dela, oferece contribuições específicas ao leitor. A Parte I do livro traz capítulos dedicados à natureza da Educação Comparada, discutindo sua finalidade e perspectivas, a relação da educação comparada com outros campos e os pontos fortes e fracos

das abordagens quantitativas e qualitativas para as pesquisas, sendo que Fairbrother, no Capítulo 3, entende que a combinação de ambas é que oferece boas possibilidades ao pesquisador.

A Parte II, lemos como um inventário seletivo da educação comparada, que serve como repositório de ideias e exemplos de boas práticas – e também de falhas a serem evitadas –, dedicando-se especificamente ao que lhe intitula: unidades de comparação. Os capítulos possuem prismas distintos, de comparação entre lugares; sistemas; tempos; etnias, classes e gêneros; culturas; valores; políticas; currículos; inovações pedagógicas; modos de aprender; e desempenhos pedagógicos. A sequência das unidades de análise guarda relação com a evolução do campo, que, de um primeiro ímpeto de restringir-se a comparações entre países, passou a adotar também variadas unidades

de análise, inclusive subnacionais ou não locais.

Ocorre que, dentro de uma mesma unidade de análise, pode haver diferenças internas, como aquelas representadas por classes, etnias ou gênero, que inviabilizam que seja tratada como um todo homogêneo. Ademais, muitas armadilhas ao pesquisador residem nos aspectos culturais e no conjunto de valores envolvidos, que podem conter identidades ou diferenças apenas aparentes. Como exemplo dos desafios da educação comparada, tem-se as diversas acepções de palavras como currículo, letramento, sistema, que podem representar uma série de conceitos distintos inclusive dentro de um mesmo sistema educacional. Para a comparação internacional, a proximidade de conceitos é primordial, a fim de garantir as similaridades necessárias para que se torne viável fazer comparações.

Yang, no Capítulo 10, alerta ao fato de que a educação comparada, embora possuindo a internacionalização em sua gênese, tem sido caracterizada por círculos fechados de diálogo, nos quais há aproximação, por exemplo, dos países de língua inglesa ou de países asiáticos entre si e, em grande parte, uma ignorância recíproca, além de certo esquecimento dos trabalhos construídos em língua espanhola. A escassez de diálogo se traduz em juízos impróprios, a exemplo do que trazem Watkins e Van Aalst, Capítulo 13, ao indicar que é comum que pesquisadores ocidentais apontem a educação asiática como sendo baseada na disciplina, memorização e repetição, sem considerar que estas são entendidas, em regra, como etapas do aprendizado para o estudante asiático, que, em seguida, dedica-se à compreensão de seu objeto de estudo e somente mais tarde passa à crítica ou mudança

A Parte III traz as conclusões, pela percepção dos organizadores da obra, e em grande medida revisita os capítulos anteriores, com atenção ao Cubo de Bray e Thomas, de recorrentes citações ao longo da obra. O Cubo permite situar um estudo de educação comparada em relação a: 1) nível geográfico/locacional; 2) grupos demográficos não locais; 3) aspectos da Educação e da sociedade. A análise de estudos a partir desse instrumento permite inferir que grande parte das pesquisas costumam se restringir a um só nível. A indicação dos autores do Cubo é de que se procure adotar análises multinível e que os pesquisadores ao menos reconheçam as limitações da focalização escolhida e a influência de outros níveis sobre os fenômenos educacionais de que tratam, evitando exageros na simplificação e na homogeneização. Bray, Adamson e Mason acrescentam

que, com adaptações, o Cubo é útil inclusive para comparações entre tempos distintos.

Apesar de ser um referencial acadêmico, desde suas primeiras linhas, há o reconhecimento de que os principais interessados nas comparações educacionais são os acadêmicos, os formuladores de políticas e as agências internacionais. Esses atores podem se tornar de difícil diferenciação, uma vez que essas agências se dedicam a prestar orientação e propor soluções aos governos e que, para isso, frequentemente desenvolvem estudos para os quais contratam a consultoria de acadêmicos renomados que, nestes casos, desenvolverão seus trabalhos nos focos encomendados. Isso dificulta também a identificação dos interesses envolvidos. Além disso, é reconhecido que a educação comparada se restringe às variáveis comparáveis entre si. Portanto,

há ressalvas, especialmente nos Capítulos 7 a 11, de que qualquer juízo de valor comparativo acerca de sistemas de ensino, de desempenho de estudantes, ou quaisquer outros objetos de comparação, precisa vir acompanhado de detida análise dos contextos envolvidos.

Considerando que os organizadores indicaram que, “se o livro consegue encorajar o leitor a pensar com mais cuidado a respeito do campo e dos seus pontos fortes, desafios e potencial, terá alcançado sua finalidade” (p. 473), é evidente que ele apresenta todas as credenciais necessárias ao fim pretendido. Quanto à sua utilização no Brasil, esperamos que seja ouvido o alerta de Gomes, na apresentação da edição traduzida, de que “se não deixarmos que apenas os outros apliquem suas metodologias comparativas a nós, exerceremos um papel de protagonista” (p. 20). E o alerta adicional é de que o

contrário parece-nos igualmente verdadeiro.

Nota

- ¹ Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB), DF, Brasil. Mestre em Educação pela UCB/Brasília. Professor da rede pública do Distrito Federal. vwathier@gmail.com.